



GRUPO PARLAMENTAR

Exma. Senhora

Presidente da Comissão de Orçamento,  
Finanças e Modernização Administrativa

**Assunto: Audição do Automóvel Clube de Portugal (ACP) sobre o peso dos impostos no preço dos combustíveis e sobre a metodologia de revisão trimestral do ISP**

Em fevereiro último, o Governo do Partido Socialista levou a cabo um dos maiores aumentos do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) de que há memória, no valor de seis cêntimos, o qual, somado ao correspondente Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), se traduziu, de uma assentada, num aumento global de cerca de 7,4 cêntimos sobre o preço do gasóleo e da gasolina.

Este aumento, anunciado por ocasião da apresentação do esboço do Orçamento do Estado para 2016, e concretizado, com valores superiores aos inicialmente avançados, através da Portaria n.º 24-A/2016, de 11 de fevereiro, visava sobretudo, segundo o Governo, compensar a quebra de receita do IVA decorrente da diminuição da cotação internacional dos combustíveis.

Com efeito, o Governo apresentou o aumento do ISP como uma medida de “neutralidade fiscal” que permitiria ao Estado repor a receita fiscal proveniente do somatório do ISP e do IVA sobre os combustíveis a um nível equivalente ao de julho de 2015, mês em que os preços de gasolina e gasóleo atingiram o valor mais elevado do ano.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais chegou mesmo a admitir a possibilidade de voltar a aumentar o ISP, caso houvesse nova redução significativa do preço dos combustíveis – da mesma maneira que seria possível aliviar o imposto se o preço dos combustíveis aumentasse.

No entanto, a tendência de evolução do preço dos combustíveis inverteu-se e, no final de março, pressionado pelas empresas de transportes, o Governo anunciou a revisão trimestral do valor do imposto – nos meses de maio, agosto e novembro – “em função da variação do preço base dos produtos petrolíferos”. Sobre o mecanismo de cálculo subjacente à revisão do imposto, o Governo não forneceu informação concreta.



GRUPO PARLAMENTAR

Chegado o mês de maio, e tendo em consideração o aumento do preço dos combustíveis entretanto verificado, gerou-se grande expectativa relativamente à primeira revisão do imposto, para a qual contribuíram também declarações do próprio Primeiro-Ministro em entrevista televisiva. Já anteriormente, quer o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, quer o Ministro Adjunto, haviam admitido que aumentos dos preços na ordem dos 4 a 4,5 cêntimos corresponderiam à descida do ISP em 1 cêntimo.

Surpreendentemente, a Portaria n.º 136-A/2016, de 12 de maio, veio reduzir o ISP em apenas um cêntimo no gasóleo e um cêntimo na gasolina, o que colide com as estimativas avançadas por especialistas citados em diversos órgãos de comunicação social e continua a penalizar severamente as empresas e os automobilistas em geral, os quais na maioria das vezes não têm nos transportes públicos uma alternativa viável à utilização do automóvel, sobretudo fora dos grandes centros urbanos.

No comunicado emitido no dia 12 de maio, o Governo afirma que a descida do imposto em apenas um cêntimo resulta da variação entre os preços de referência médios de janeiro e os preços de referência médios de abril. Ora, para além da opacidade que tem rodeado a metodologia adotada pelo Governo e das expectativas criadas junto da população, o certo é que entre o dia 11 de fevereiro (data de publicação da Portaria que aumentou o ISP em seis cêntimos) e o dia 12 de maio (data da Portaria que desceu o ISP em um cêntimo) os portugueses suportaram um aumento de cerca de 14 cêntimos por litro no preço dos combustíveis simples, atingindo os 16 cêntimos na gasolina simples 95 no início de maio<sup>1</sup>.

Importa, pois, auscultar representantes dos automobilistas sobre esta realidade, motivo pelo qual o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a audição urgente do Automóvel Clube de Portugal (ACP) na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, sobre o peso dos impostos no preço dos combustíveis e sobre a metodologia de revisão trimestral do ISP adotada pelo Governo.

---

<sup>1</sup> Preço médio diário no continente (fonte: DGEG).



GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia da República, 20 de maio de 2016

Os Deputados,

António Leitão Amaro

Duarte Pacheco

Cristóvão Crespo

Inês Domingos

António Ventura

Carlos Silva

Margarida Balseiro Lopes

Cristóvão Norte

Jorge Paulo Oliveira

Margarida Mano